n.º 1 à inscrição n.º 3» deve ler-se «averbamento n.º 1 à inscrição n.º 8».

4 de Dezembro de 2006. — A Ajudante Principal, *Lúcia Brito*.
3000226913

DAVID MANUEL FAJARDO AZENHA, UNIPESSOAL, L.ª DA

Rectificação n.º 930/2007

No *Diário da República*, 3.ª série, n.º 118, de 21 de Junho de 2006, a p. 12 020, saiu com inexactidão a publicação relativa à sociedade David Manuel Fajardo Azenha, Unipessoal, L.ª, sob o n.º 2007073277. Assim, onde se lê «número e data da apresentação: 109/20050630» deve ler-se «número e data da apresentação: 109/20050629» e onde se lê «foi efectuado o registo de prestação de contas do ano de 2004» deve ler-se «foi efectuado o registo da prestação de contas do ano de 2003».

4 de Dezembro de 2006. — A Ajudante Principal, *Lúcia Brito*.
3000226920

DDB LISBOA PUBLICIDADE, L.ª DA

Anúncio n.º 4119/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 60 722/850222; número de identificação de pessoa colectiva 501490124; inscrições n.ºs 37 e 39; números e data das apresentações: 32 e 34/050307.

Certifico que foi retistada a alteração do contrato, tendo sido eliminado o artigo 6.º, o n.º 2 do artigo 11.º e os artigos 19.º e 20.º, alterada a epígrafe do capítulo II para «Capital e lucros» e alterados o artigo 5.º, alínea p), o n.º 1 do artigo 9.º, as alíneas d) e i) do n.º 7 do artigo 10.º, o n.º 2 do artigo 12.º, a alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º e o artigo 17.º, passando os artigos 7.º a 18.º a ser os artigos 6.º a 17.º, os n.ºs 3 e 4 do artigo 10.º, passam a ser os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo.

Está conforme o original.

25 de Novembro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Filomena Maria Paulino de Almeida dos Santos*.

2009231864

DEPOCASA — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES RÁPIDAS, S. A.

Anúncio n.º 4120/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 35 422/641211; número de identificação de pessoa colectiva 500084319; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 25; apresentação n.º 11/050801.

Certifico que foi registado o seguinte:

Cessação de funções do administrador João Baptista Pinto Colarinha, por ter renunciado em 15 de Julho de 2005.

Está conforme o original.

23 de Novembro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Filomena Maria Paulino de Almeida dos Santos*.

2009125550

Anúncio n.º 4121/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 35 422/641211; número de identificação de pessoa colectiva 500084319; inscrições n.ºs 24 e 25; números e data das apresentações 07, 08 e 09/050210.

Certifico que foi registado o seguinte:

Reforço de capital e transformação em sociedade anónima.

Nomeação do conselho de administração e fiscal único para o quadriénio de 2004-2007, por deliberação de 3 de Dezembro de 2004.

Conselho de administração:

Presidente — João Baptista Pinto Colarinha, Rua do Dr. Cunha Seixas, 10, Benfica, Lisboa.

Vogais:

Ricardo João Nunes Pinto Colarinha, Edifício Sol Jardim, lote 6, 8.º, esquerdo, Torres Vedras.

Joaquim José Trindade de Oliveira Ferreira Martins, Rua de António Saúde, 7, 2.º, Lisboa.

Paulo Jorge de Oliveira das Neves, Rua de Teófilo Braga, 1, 10.º, C, Loures.

Carla Patrícia Farias da Fonseca Fatela Neves, Rua de São Bruno, 21, Oeiras.

Fiscal único — Fonseca, Barros & Associados — SROC, Avenida da República, 50, 8.º, Lisboa.

Suplente — João Guilherme Melo de Oliveira, Rua do Dr. Garcia de Noronha, 112, São Domingos de Rana.

Novos estatutos da DEPOCASA — Sociedade de Construções Rápidas, S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto e duração

Artigo 1.º

Denominação

A sociedade adopta a denominação DEPOCASA — Sociedade de Construções Rápidas, S. A., e rege-se pelo presente contrato de sociedade e pela legislação comum e especial em vigor.

Artigo 2.º

Sede

1 — A sede da sociedade é na Rua dos Arneiros, 64, Lisboa, freguesia de Benfica, concelho de Lisboa.

2 — Por simples deliberação do conselho de administração, poderá a Sociedade deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes e criar, no território nacional ou no estrangeiro, transferir ou encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação.

Artigo 3.º

Objecto

1 — A sociedade tem por objecto o exercício da construção civil, utilizando o exclusivo Airform, e toda e qualquer actividade industrial ou comercial para que não seja precisa autorização especial.

2 — A sociedade pode livremente adquirir participações em sociedades com objecto diferente do seu e ainda em sociedades reguladas por lei especiais e agrupamentos complementares de empresas.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

Artigo 4.º

Capital social e acções

O capital social é de € 100 000, representado por 20 000 acções no valor nominal de € 5 euros cada uma e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Artigo 5.º

Acções

1 — As acções são tituladas, nominativas ou ao portador registadas, sem prejuízo de poderem revestir a forma meramente escritural, todas elas reciprocamente convertíveis.

2 — Poderá haver títulos representativos de 1, 5, 10, 20, 50, 100, 1000 e 5000 acções.

3 — Os títulos, definitivos ou provisórios, representativos das acções conterão as assinaturas de dois administradores, uma da qual pode ser por chancela.

Artigo 6.º

Transmissão de acções e direito de preferência

1 — A transmissão de acções nominativas a terceiros fica subordinada ao consentimento da sociedade, conforme determina o artigo 328.º do Código das Sociedades Comerciais, devendo a mesma pronunciar-se num prazo de 30 dias após o pedido de consentimento.

2 — Os accionistas terão direito de preferência na alienação, a título oneroso, de acções nominativas.

3 — Para efeitos do exercício do direito de preferência, os accionistas serão avisados pelo conselho de administração por anúncio publicado nos termos legais e com a antecedência mínima de 30 dias, precedendo comunicação escrita do alienante àquele conselho, indicando o objecto da alienação, o preço e as condições de pagamento.